

## RELATÓRIO TÉCNICO

**PROCESSO Nº : 12780-9/2010**  
**PROCEDENCIA: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INTERESSADO : JOAQUIM SOARES DE ANDRADE FILHO**  
**ASSUNTO : APOSENTADORIA**  
**GESTOR : CÉSAR ROBERTO ZÍLIO**  
**RELATOR : CONS. ANTONIO JOAQUIM**  
**TÉCNICO : ELAINE CHISTIANNE PEREIRA DE SIQUEIRA**

Senhor Secretário:

Vêm-nos, o presente feito, em face da defesa constante nos autos às fls. 69 a 76/TCE, prestadas pelo Secretário de Estado de Administração, o **Sr. César Roberto Zílio**, por força do ofício nº 174/2011/GASC-LHL/2011 (fls. 67/TCE), que visa obter esclarecimentos quanto ao achado contido no relatório técnico preliminar, constante das fls. 64 a 65-TCE.

### Da tempestividade da resposta

| Ofício                       | Fls. | Data     | PRAZOS     |
|------------------------------|------|----------|------------|
| Protocolo ofício notificação | 67   | 10/06/11 | 15 dias    |
| Protocolo defesa 117293 D    | 68   | 17/06/11 | tempestiva |

Conforme quadro acima, informamos que a Resposta/Defesa, encontra-se TEMPESTIVA, tendo sido protocolada dentro do prazo concedido via ofício acima mencionado.

Do exposto, passaremos à ANÁLISE TÉCNICA DA DEFESA.

1. DILIGÊNCIA SOLICITADA: AUSÊNCIA DAS PORTARIAS QUE DEFERIRAM A AVERBAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO FICTÍCIO.

**RESPOSTA DO GESTOR:** Encaminhamento das Portarias 366/91 e 379/97, juntadas respectivamente a fl. 75 e 76/TCE.

**ANÁLISE DA DEFESA.** O encaminhamento das portarias acima mencionadas sanam a irregularidade apontada quanto à sua ausência. Desta forma, o tempo de serviço fictício que a origem pretende averbar pode ser levando a efeito no computo do tempo de serviço total da servidora. Portanto, **SANADA A IRREGULARIDADE.**

**2. DILIGÊNCIA SOLICITADA: PRESTAR ESCLARECIMENTOS QUANTO A INCLUSÃO DE VALOR DE ATS NA PLANILHA DE PROVENTOS DO SERVIDOR CUMULADO COM O SISTEMA DE PAGAMENTO DE SUBSÍDIO.**

**RESPOSTA DO GESTOR:** Encaminhamento do Parecer 198/SUPREV/2011 (fl. 54 a 55/TCE), nos informado que, embora a carreira dos profissionais de Defesa Agropecuária e Florestal, ora disciplinada pela Lei 9070, de 24/12/2008, que instituiu o sistema de pagamento de subsídio, a inclusão do ATS ao vencimento do servidor se deu devido à decisão judicial proferida no MS 447/2000, que deferiu a inclusão dos adicionais de tempo de serviço, por insalubridade, de jornada extra e de produtividade nos subsídios dos impetrantes.

**ANÁLISE DA DEFESA.** As informações acima mencionados esclarecem e justificam o pagamento de ATS juntamente com o subsídio a que faz jus o servidor. Portanto, **SANADA A IRREGULARIDADE.**

### CONCLUSÃO

Por fim, com fulcro do art. 139, da Resolução nº 14/2007, sugerimos ao Conselheiro Relator:

a) Registro do Ato 3046/2010 (fl. 08/TCE) , bem como a legalidade da

planilha de proventos integrais a fl. 18/TCE.

É o relatório.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, em Cuiabá, 08/07/2011.

**Elaine Christianne Pereira de Siqueira**  
**Técnico de Controle Público Externo**

**PROCESSO Nº : 12780-9/2010**  
**PROCEDENCIA: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INTERESSADO : JOAQUIM SOARES DE ANDRADE FILHO**  
**ASSUNTO : APOSENTADORIA**  
**GESTOR : CÉSAR ROBERTO ZÍLIO**  
**RELATOR : CONS. ANTONIO JOAQUIM**  
**TÉCNICO : ELAINE CHISTIANNE PEREIRA DE SIQUEIRA**

Excelentíssimo Conselheiro:

Em cumprimento ao disposto no artigo 139, § 1º, do Regimento Interno do TCE e considerando que o relatório técnico foi elaborado em sintonia com as disposições legais, manifestamos, nesta oportunidade, para confirmar seu inteiro teor.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, Cuiabá, 08/07/2011.

**FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA**  
Assessor Técnico da Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal

CONFIRMO A INFORMAÇÃO.

**OSIEL MENDES DE OLIVEIRA**  
Secretário de Controle Externo de Atos de Pessoal